

“Uma contribuição para o desenvolvimento de sua comunidade e da Pátria”: juventude rural e Clubes 4-S durante a ditadura militar na região oeste de Santa Catarina (1970-1985)
Claiton Marcio da Silva

“Uma contribuição para o desenvolvimento de sua comunidade e da Pátria”: juventude rural e Clubes 4-S durante a ditadura militar na região oeste de Santa Catarina (1970-1985)

*Claiton Marcio da Silva**

Resumo

Este trabalho analisa a atuação dos Clubes 4-S em Santa Catarina no contexto da ditadura militar brasileira. Estes clubes basearam-se na experiência norte-americana de Clubes 4-H, objetivando difundir junto aos jovens rurais novas técnicas e tecnologias para o trabalho agrícola no início do século XX. No Brasil, o trabalho com Clubes 4-S iniciou na década de 1950 e, em Santa Catarina, espalharam-se fortemente na segunda metade da década de 1970, principalmente na região oeste de Santa Catarina. Fazendo parte do programa de extensão rural, disseminavam práticas consideradas modernas como a utilização de sementes híbridas, agrotóxicos, entre outras. Por outro lado, a efervescência dos movimentos sociais no campo no contexto da abertura política trouxe críticas a esta forma de trabalho, identificada com o processo de exclusão dos agricultores, resultando na diminuição significativa dos Clubes 4-S.

Palavras-chave: Extensão rural. Agricultura. Modernização.

Introdução

Este trabalho tem por objetivo analisar o programa de Clubes 4-S, implantado pela ACARESC (Associação de Crédito e Extensão Rural de Santa Catarina), órgão responsável pela implantação e desenvolvimento da Extensão Rural no estado a partir de 1957, e sua preocupação com a constituição de um novo jovem rural em Santa Catarina. Neste trabalho, o argumento central é que, embora estes clubes tenham sido criados ainda no início do século XX nos Estados Unidos, foram difundidos no Brasil durante a década de 1950*i*, mas alcançaram seu auge durante o período do Regime Militar (1964-1985). Neste contexto, a ACARESC propôs a construção de um jovem rural disciplinado e alinhado aos interesses da nação e seu processo de industrialização – através da racionalização das técnicas agrícolas e difusão de insumos considerados modernos – reorganizando o modelo de Clubes 4-S de acordo com os interesses do Estado. Por outro lado, a não-continuidade deste trabalho de forma oficial durante a década de 1980 foi ocasionada por fatores como a crise do discurso extensionista, a eclosão dos movimentos sociais no campo e o distanciamento entre os objetivos oficiais e os objetivos dos próprios integrantes dos clubes.

O período abordado é importante para o entendimento do processo de difusão do modelo de Clubes 4-S por todas as regiões do estado de Santa Catarina na década de 1970 e a posterior crítica à abordagem extensionista da agricultura no Brasil, nas décadas de 1970 e 1980. Não por acaso, este período confunde-se com o aprofundamento da ditadura militar com o Ato Institucional n. 05 (AI-5, de 13 de dezembro de 1968) e o “lento e gradual” processo de abertura política, o que, inclusive, possibilitou a crítica ao pensamento quatroessista, principalmente nos primeiros anos da década de 1980.

Para se ter uma ideia da expansão destes clubes no período, no ano de 1979, 71 dos 197 municípios catarinenses, realizavam

trabalhos com Clubes 4-S. Naquele período, a extensão rural em Santa Catarina atingiu um número recorde de agricultores, comparando com dados de até meados da década de 1980: 104.633 famílias assistidas. Os clubes 4-S surgiam a cada dia, sendo que, em 1982, formaram-se 348 Clubes 4-S espalhados por todo o estado, com cerca de 12.500 sócios (ACARESC, 1981-1982, p. 09). Mais especificamente, foi na região oeste do estado de Santa Catarina que se concentraram as atenções para o trabalho com estes clubes durante a década de 1970. Em 1978, das dezesseis equipes de extensionistas de Juventude Rural da ACARESC responsáveis pela organização dos Clubes 4-S, doze delas atuavam nesta parte do estado, que havia inaugurado seu primeiro escritório regional na primeira metade da década de 1960. Embora os primeiros Clubes 4-S tenham surgido no estado ainda na década de 1960, sabe-se da existência desta forma de trabalho com juventude rural na região oeste desde 1972 – Clube 4-S Aliança Juvenil, da comunidade de Sede Figueira, município de Chapecó – , resistindo até a atualidade, embora não pertencendo mais às agências oficiais de extensão rural.

A sigla 4-S significa Saber, Sentir, Servir e Saúde. Na realidade, se trata de uma adaptação para a língua portuguesa da sigla 4-H (Head, Heart, Hands e Health), denominação que recebem estes clubes nos Estados Unidos. Nesta perspectiva, a tradução para o português procurou se aproximar aos significados da sigla norte-americana 4-H, ou seja: Cabeça (head), metáfora de conhecimento ou Saber; Coração (heart) para Sentir; Mãos (hands) para Servir, e Saúde (health). Esta forma de trabalho surgiu nos primeiros anos do século XX nos Estados Unidos, e após o Smith-Lever Act de 1914, lei que organizou diversas práticas voltadas à agricultura sob o nome de Extension Service (extensão rural, na adaptação brasileira do termo), estes clubes começaram a tomar uma forma institucionalizada. Durante a Primeira Guerra Mundial (1914-1918), mais especificamente em 1917, o Extension Service e, por consequência, os Clubes 4-H, começaram a receber mais verbas

em virtude da necessidade de aumento da produção agrícola para suportar o então período de conflito.

Assim como o modelo de Extensão Rural, que tem por objetivo introduzir novas técnicas e tecnologias aos agricultores, os Clubes 4-H estão baseados no princípio de “aprender a fazer, fazendo” (learning by doing), ou seja, o aprendizado é guiado pela prática, pela experiência, característica predominante no emergente pensamento pragmático norte-americano. Através da experiência de lidar com novas técnicas, de acordo com o extensionismo, são possibilitadas as mudanças desejadas na maneira de organizar a produção por parte dos agricultores. Esta forma de organização racional da produção significa muito mais do que simplesmente o ato de produzir economicamente; significa, também, o gerenciamento global da propriedade, principalmente nos aspectos comportamentais e sanitários. Em outras palavras, nas décadas posteriores, procurou-se intervir nos comportamentos dos agricultores em relação à higiene pessoal e à estrutura sanitária da fazenda, tendo em vista a necessidade de construir um trabalhador saudável e, com isso, capaz de levar adiante a tarefa de produzir de forma adequada à crescente demanda guiada cada vez mais pela ótica de produção capitalista. Foi preciso empreender uma política disciplinar voltada para o trabalhador rural norte-americano.

A disciplina é a técnica de controle do indivíduo, que tanto lhe acrescenta forças (pelo adestramento que aumenta a eficácia do gesto, do corpo e a produtividade do trabalho) quanto lhe tira estas forças (pela sujeição, docilidade, pela obediência que exige e que efetivamente produz). Neste sentido, este poder fabrica sujeitos, pois “é a técnica específica de um poder que toma os indivíduos ao mesmo tempo como objetos e como instrumentos de seu exercício” (FOUCAULT, 1987, p. 153). A disciplina, portanto, é diferente da escravidão ou da domesticidade, pois não se fundamenta numa relação de apropriação dos corpos, ou ainda em uma relação de dominação ilimitada e estabelecida sob a forma da vontade singular do patrão.

Por outro lado, se o Extension Service norte-americano e sua influência sobre a Extensão Rural brasileira tiveram por objetivo a produção de um sujeito apto a lidar com as novas maneiras de produzir, nem todas as normas foram exatamente seguidas pelos agricultores. Para isto, é importante introduzir a perspectiva da abordagem deste trabalho tendo em vista principalmente as discussões do historiador francês Michel De Certeau sobre os conceitos de “estratégia” e “tática”. Certeau entende por “estratégia” um “cálculo das relações de forças que se torna possível a partir do momento em que um sujeito de querer e poder é isolável de um “ambiente”, ou seja, é quando se torna possível articular uma determinada meta ou plano a partir de um lugar próprio, para agir na exterioridade. A estratégia “postula um lugar capaz de ser circunscrito como um próprio e, portanto, capaz de servir de base a uma gestão de suas relações com uma exterioridade distinta. A nacionalidade política, econômica ou científica foi construída segundo esse modelo estratégico” (CERTEAU, 1994, p. 46). Por exemplo, o termo estratégia, no discurso extensionista, se constitui em algo que, em determinado momento, foi articulado e produzido pensando em sua exterioridade, em formas de conduzir determinadas ações. A ACARESC pode, neste caso, exemplificar um “próprio”, concebendo e articulando um discurso para agir na exterioridade, ou seja, junto dos agricultores.

Opondo “estratégia” à “tática”, Michel de Certeau, considera esta última como “um cálculo que não pode contar com um próprio, nem portanto com uma fronteira que distingue o outro como totalidade visível. A tática só tem por lugar o do outro”, ou seja, difere-se da estratégia em seu sentido “autônomo”. A tática, de acordo com o autor, depende do tempo, vigiando para “captar no voo” a possibilidade de ganho. O que ela ganha, não o guarda.” Desta forma, “sem cessar, o fraco deve tirar partido das forças que lhe são estranhas. Ele o consegue em momentos oportunos onde combina elementos heterogêneos”, embora “a sua síntese intelectual tem por forma não um discurso, mas a própria decisão,

ato e maneira de aproveitar a ‘ocasião’” (CERTEAU, 1994, p. 46). Nesta perspectiva, este trabalho aborda como determinadas adaptações e resistências, intencionais ou não, contribuíram para o processo de questionamento deste tipo de trabalho em Santa Catarina. Em outras palavras, estas resistências sutis ou bruscas, planejadas ou não, servem para demonstrar que os Clubes 4-S traziam dentro de si as sementes da contradição, não deixando margem para uma discussão orientada simplesmente pela passividade daqueles que fizeram parte destes grupos.

Desta forma, este artigo divide-se em três partes: em um primeiro momento, expondo aspectos históricos do surgimento dos Clubes 4-S, a discussão aborda o interesse cada vez maior do Estado e da ACARESC no incentivo do processo de modernização da agricultura, especialmente na região oeste catarinense. Se um exemplo dos programas utilizados para difusão dos conhecimentos é justamente o clube de trabalho 4-S, na segunda parte do texto, é analisada a proposta destes clubes, e como sua filosofia e metodologia vão sendo modificadas de acordo com o contexto histórico. Desta forma, conclui-se que, durante a ditadura militar no Brasil, os Clubes 4-S instituíram-se como um importante instrumento de difusão não somente de técnicas e tecnologias voltadas para a agricultura, mas para a construção de um jovem disciplinado que atendia aos interesses daquele período. Por fim, na terceira parte, a discussão está centrada no processo de desconstrução do discurso extensionista durante o período da abertura política nos primeiros anos da década de 1980. Com a efervescência dos movimentos sociais, sindicais e da esquerda católica, a extensão rural passa a ser identificada como instrumento político dos grandes produtores e dos representantes políticos da ditadura. A ação destes grupos, neste sentido, é centrada nos questionamentos sobre o papel e as práticas da extensão rural e mesmo a “implosão” dos Clubes 4-S.

“Os agricultores tinham receio do extensionista”: a difusão do trabalho de extensão rural no “Celeiro Catarinense”

O anuário de 1960 da Fundação Ford, enfatizando o trabalho extensionista para com a juventude rural das Américas, coloca uma questão mais otimista: “na América Central e na do Sul”, afirma, “está se efetuando gradualmente uma importante transformação. Para observá-la, o viajante tem que evitar as capitais e os centros populosos e buscar os campos. Ali, se estiver atento ao passar por aldeias e granjas, verá cenas simples que tem enorme significado.” Por exemplo, a introdução de novas espécies de plantas, a vacinação de animais, a introdução de novas técnicas de cultivo e mesmo o incentivo à confecção de cestos, toalhas e móveis com material colhido no campo seriam as grandes novidades (FUNDAÇÃO FORD, 1960, p. 5-6). Durante as décadas em que este processo de modernização da agricultura foi mais intenso no Brasil e na América Latina (entre as décadas de 1960 e 1980), os olhares da Extensão Rural também se dirigiram aos jovens do campo. Segundo a justificativa do discurso extensionista, os jovens se encontravam em situação desfavorável: “embora considerando o quadro sombrio da situação da juventude rural, os extensionistas estão convencidos de que o programa de Clubes 4-S muito poderá fazer em benefício da mesma” (ABCAR, 1959, p. 07). O espaço privilegiado para o trabalho com juventude dentro da Extensão Rural foram os Clubes 4-S. Estes clubes estiveram presentes em todas as regiões de Santa Catarina e em muitos estados brasileiros, pretendendo desenvolver atividades de agricultura, pecuária e educação para a Saúde. No caso catarinense, também representativo da situação brasileira, o extensionismo legitimou-se sobre um discurso que considerava a situação da agricultura naquele momento enquanto um “problema”, um “entreve” ao desenvolvimento².

Os conhecimentos agrícolas tradicionais, voltados principalmente para práticas de agricultura extensiva (agricultura itinerante, pautada principalmente nas queimadas) e de subsistência, foram deslegitimados sistematicamente, enquanto os insumos considerados modernos, científicos, foram gradualmente inseridos no cotidiano dos produtores rurais. Enquanto a experiência da Associação de Crédito e Assistência Rural (ACAR, de Minas Gerais) representou a maior expressão do trabalho extensionista durante a década de 1950, aliando crédito supervisionado e assistência técnica para pequenos agricultores, a década de 1960 representou uma mudança: os trabalhos de inovação técnica e/ou tecnológica estavam cada vez mais voltados para médios e grandes produtores já no contexto da Revolução Verde, ainda embrionária na década anterior. Se Santa Catarina representa, por um lado, a continuidade do trabalho com pequena propriedade, por outro, o trabalho extensionista esteve cada vez mais alinhado tanto com a citada revolução quanto com a ditadura militar brasileira. Na verdade, não teria como ser diferente, uma vez que se a Extensão Rural surgiu no Brasil pela experiência de uma agência filantrópica conhecida por AIA (American International Association for Economic and Social Development, fundada por Nelson Rockefeller em 1946), na década de 1960 o extensionismo esteve sob a égide do Estado brasileiro e se tornou uma de suas principais políticas.

Para os extensionistas, o trabalho da ACARESC representou um marco na mudança da mentalidade tradicional dos agricultores: “Mas tudo precisava ser feito”, relataria uma edição comemorativa dos 25 anos desta agência:

O grande obstáculo, porém, era a mentalidade fortemente conservadora dos agricultores [...]. Na agricultura ainda não se usavam os insumos modernos. Não se conhecia semente de milho híbrido, não se usava adubo de forma generalizada. Os agricultores tinham receio do extensionista. (ACARESC, 1981-82, p. 08).

Portanto, foi necessário ao longo dos primeiros anos, legitimar-se junto aos agricultores. Foi preciso demonstrar ao agricultor que uma prática “moderna” rendia mais do que o costumeiro. Para Mussoi, os recursos utilizados neste processo foram os concursos de produtividade e cultivos demonstrativos de competição (MUSSOI, 1993, p. 09). O trabalho de demonstração (*demonstration work*) tem relação direta com o processo de constituição do Extension Service dos Estados Unidos, no início do século XX. Esta inovação no trabalho com os farmers é atribuída a Seaman A. Knapp, principalmente durante a campanha iniciada por volta de 1904 para o controle bicudo-do-algodoeiro (*cotton boll weevil*) que levava, então, à destruição das plantações de algodão nos estados do sul dos Estados Unidos. Em linhas gerais, a demonstração emprega a ideia de que o agente – mais tarde, o county agent – possa demonstrar aos farmers como uma determinada prática considerada nova, pode ser incorporada. Apenas com a demonstração concreta de suas vantagens econômicas se poderia convencer o farmer a adotar a nova prática: “O que um homem ouve”, teria dito Knapp, “ele pode duvidar”, assim como também “o que ele vê, pode possivelmente duvidar”, mas “o que ele faz por si mesmo, ele não pode duvidar” (BRUNNER; PAO YANG, 1948, p. 08).

Os Clubes 4-S dirigiram-se principalmente aos filhos de pequenos agricultores, e, portanto, possuíam um espaço dentro das propriedades para colocar em prática seus conhecimentos. No início da década de 1970, o êxodo rural atende aos interesses do desenvolvimentismo, da agroindústria, com a industrialização e urbanização. O que fundamenta as práticas governamentais neste período é que alguns jovens permaneçam no campo, o suficiente para realizar atividades como dirigir tratores, pulverizar as plantações de sementes híbridas com agrotóxicos e criar animais selecionados para as agroindústrias. Estes são, ou deveriam ser, os jovens quatroessistas, sujeitos preparados com o objetivo da permanência no campo e responsáveis pelo aumento dos índices de produção. Dentre os objetivos dos Clubes 4-S no Brasil, pode-se obser-

var qual é o jovem que interessa para os trabalhos com juventude rural no Brasil. O objetivo destes clubes, na ótica extensionista, é:

Proporcionar conhecimentos modernos e práticos de agricultura e economia doméstica; [...] tornar os jovens mais confiantes e interessados no estudo, na pesquisa e nos métodos científicos; infundir a apreciação inteligente da natureza e dos seus fenômenos; [...] formar hábitos saudáveis de vida; [...] formar bons cidadãos, despertando o interesse pelo civismo e amor à pátria; formar e desenvolver hábitos metódicos de trabalho. (ABCAR, 1959, p. 11-12).

Desta forma, a Extensão Rural, através da ACARESC em Santa Catarina, colocou em ação um plano de trabalho que objetivou a formação de sujeitos tecnológicos (com conhecimento científico) e para a tecnologia (aptos para lidar com as novidades que adentram na produção agrícola). É neste contexto, adentrando na década de 1970, mais especificamente, que:

A região oeste [...] passar a ser considerada o 'celeiro catarinense', devido à grande quantidade de grãos produzidos, sendo a principal produtora de feijão, milho, soja, trigo, batata, mandioca, bovinos de leite, suínos e aves do Estado, representando mais de 50% do Valor Bruto da Produção Agropecuária Catarinense. (ESPÍRITO SANTO, 1999, p. 88).

A agroindústria se instala e ganha força na década de 1970, e, com ela, a região recebe incentivos da política agrícola governamental do período:

O principal instrumento de política agrícola, de 1964 até meados da década de 80, foi o crédito rural subsidiado vinculado às grandes propriedades, sendo que em Santa Catarina os estímulos do crédito foram destinados principalmente às agroindústrias de aves e suínos. Em 1970, o grupo Sadia implanta no Oeste catarinense o sistema de integração para produzir aves através da parceria com os produtores, o qual foi posteriormente utilizado pelas demais empresas ali instaladas na década de 70, não só para a produção de aves, mas também de suínos. (ESPÍRITO SANTO, 1999, p. 87-8).

Pode-se observar que a participação do Estado neste contexto deu-se enquanto “agente financiador da modernização da agricultura, [...] através do sistema de crédito rural subsidiado, que [...] estimulou a modernização e, por outro lado, foi considerado o elemento central para explicar as desigualdades na modernização” (ESPÍRITO SANTO, 1999, p. 101). Ou seja, os agricultores que tiveram acesso a crédito farto e barato estiveram “incluídos” no processo de modernização da agricultura. Outros foram excluídos, ou mantiveram-se “atrasados” frente a este processo. Para o então Ministro da Fazenda, Delfim Neto, “uma agricultura forte multiplicará as oportunidades que este país tem para alcançar, com rapidez, o seu desenvolvimento pleno.” Palavras estas, proferidas no lançamento nacional do programa “Plante que o Governo Garante”, do qual Chapecó foi palco no início dos anos 1970. Isso significa, segundo Delfim Neto, que “nós precisamos crescer estimulando ao mesmo tempo a expansão industrial e o fortalecimento da agricultura” (CELEIRO CATARINENSE, 1970, p. 17).

Como se pode observar, o Estado não apenas acompanhou de perto os trabalhos de Extensão Rural como se apropriou dos princípios, institucionalizou e o direcionou de acordo com as políticas de desenvolvimento. Estes representantes do governo militar que se instauraram no Brasil a partir de 1964, expuseram sua maneira de alcançar os objetivos propostos de desenvolvimento, como afirmou o então Ministro da Fazenda, Delfim Neto, em seu discurso na cidade de Chapecó: “É por isso que estamos aqui, os Ministros da Agricultura e da Fazenda, para dizer aos senhores que plantem mais. Que o façam buscando melhoria de produtividade, através do uso de fertilizantes, de equipamento agrícola, de semente selecionada.” (CELEIRO CATARINENSE, 1970, p. 18). A agricultura é a base do desenvolvimento, o meio para melhor firmar-se é o uso de técnicas e tecnologias entendidas como “modernas”, para produzir mais e possibilitar um processo de industrialização.

É tempo dos Planos Nacionais de Desenvolvimento (PND), até mesmo em Chapecó, a partir de 1973, com o Projeto Chapecoense de Desenvolvimento. Mesmo tendo um cunho “urbano”, este planejamento previa para a agricultura, dentre outras coisas, a criação de um fundo de mecanização agrícola. Junto com o Projeto Chapecoense de Desenvolvimento surgiu o FUNDEPRO – Fundo do Desenvolvimento da Produtividade -, com o objetivo de estimular a produtividade no município. Estes programas foram criados tendo-se em vista a “necessidade de alcançar os índices de produtividade preconizados para o período” (PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECÓ, 1973, p. 01). Assim, a preocupação com o campo, enquanto mola propulsora do desenvolvimento, não foi deixada de lado, demonstrando que os anseios das elites locais e estaduais, através da extensão rural e dos Clubes 4-S, abraçavam cada vez mais a lógica modernizadora do regime militar.

“Nós queremos que a mensagem do governo do Presidente Médici seja bem entendida”: disciplina e modernização da agricultura em Clubes 4-S

A constituição das normas e procedimentos relativos à formação e à conduta dos jovens participantes de Clubes 4-S não foram elaborados durante o período da ditadura militar no Brasil. Ao contrário, em alguns aspectos observamos a influência norte-americana principalmente em sua concepção e métodos. Em outras palavras, a ideia de clubes de trabalho com jovens com o objetivo de introduzir novas técnicas e uma metodologia como a prática de demonstração e os concursos de produtividade são exemplos encontrados nas primeiras décadas do século XX nos Estados Unidos.

Uma maior adaptação à realidade local foi incluída no processo de constituição de uma política nacional de extensão rural, concebida ao longo da década de 1950.

Com a criação da Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural (ABCAR) em 1956, entidade nacional para difusão dos trabalhos extensionistas durante o governo de Juscelino Kubitschek, foram realizadas tentativas de normatização das práticas de suas diversas afiliadas, inclusive o trabalho com juventude rural 4-S. Por esta época foi publicado o primeiro manual dos clubes 4-S, contendo parte da filosofia e metodologias utilizadas nas décadas seguintes. Em relação à filosofia dos Clubes 4-S, esta é assim definida pelo manual de 1959: “Fundamenta-se no princípio de ajudar o homem a ajudar-se a si mesmo, a desenvolver-se integralmente, capacitando-o a arcar com a parcela de responsabilidade que lhe caberá no futuro, como membro de uma comunidade democrática” (ABCAR, 1959, p. 09). A metodologia incentiva o “trabalho educativo, realizado em grupos mistos, que dá aos jovens a oportunidade de aprender fazendo, através dos projetos individuais e de atividades em conjunto” (ABCAR, 1959, p. 05). Em comum, estas duas passagens trazem o sentido pragmático preconizado por Seaman Knapp: o já citado “aprender a fazer, fazendo” (learning by doing), simbolizado com a prática de demonstração de resultados, como também demonstram que os jovens devem trabalhar individualmente e em conjunto e o programa de Clubes 4-S estaria desenvolvendo atividades com um sentido democrático.

Com a efetivação de um governo militar no Brasil durante a década de 1960, a metodologia e a filosofia dos Clubes 4-S não muda em sua totalidade, mas o processo de adequação do discurso aos novos tempos manteve alguns tópicos em detrimento de outros. Assim como no manual de 1959, citado anteriormente, a ênfase na responsabilidade do jovem frente à nação é literalmente reescrita na reimpressão do Manual, realizada pela ACARESC em 1973: “habilitar os jovens a arcar com a parcela de responsabilidade que lhes caberá no futuro, como membros de uma comunidade democrática” (ACARESC, 1973, p. 02).

Os jovens rurais aprendam a olhar a vida com otimismo e realismo. Aprendem a sentir no trabalho que fazem, uma contribuição para o desenvolvimento de sua comunidade e da Pátria. O constante sentimento de lealdade, a atitude correta no pensar e agir, fazem-nos sentir que seus esforços não buscam unicamente o bem estar particular, mas também o de seus semelhantes. (ACARESC, 1973, p. 03).

Lado a lado com o discurso de Delfim Neto, podemos observar semelhanças na reedição com a proposta dos militares, embora dirigida não somente aos jovens rurais, mas aos agricultores em geral:

Nós queremos que a mensagem do governo do Presidente Médici seja bem entendida: as comunidades dos agricultores têm uma responsabilidade imensa no esforço de toda a Nação pelo seu desenvolvimento. O governo dá apoio e segurança e deseja em troca o aumento da produção e a melhoria dos padrões de produtividade. (CELEIRO CATARINENSE, 1970, p. 18).

Desta forma, a responsabilidade do progresso da nação estaria sob responsabilidade dos agricultores, sendo necessário o empreendimento de um processo de racionalização desta agricultura. Se a organização dentro de princípios disciplinares não era algo estranho aos Clubes 4-H dos Estados Unidos ou aos Clubes 4-S no Brasil, tendo em vista que a organização do trabalho agrícola dependia de sua racionalização e atitude constante, durante o período militar o termo disciplina pautou cada vez mais a prática extensionista. Eros Marion Mussoi (1993, p. 09) afirma que estes clubes são baseados em uma forte rigidez organizativa e pedagógica, no que diz respeito a seu modelo clássico. Tendo em vista que a disciplina é a técnica de controle do indivíduo, bastou à Extensão Rural empreender uma organização (os Clubes 4-S) que pudesse controlar os detalhes, ou seja, controlar desde o corpo do agricultor até suas maneiras de lidar com a agricultura. Assim, a articulação de um discurso procurou gerar práticas de controle destes indivíduos, o que auxiliou na constituição do novo jovem.

O discurso procurou formar um jovem “autônomo” em relação à sua produtividade, mas que era acompanhado, vigiado, que tem controlado suas atividades, sua ociosidade, seu lazer e seu relacionamento com os outros jovens.

O jovem deve racionalizar seu tempo, controlar as atividades: “procura-se também garantir a qualidade do tempo empregado: controle ininterrupto, pressão dos fiscais, anulação de tudo o que possa perturbar e distrair; trata-se de constituir um tempo integralmente útil” (FOUCAULT, 1987, p. 137). Na lavoura familiar, em sua lavoura individual, nas reuniões e outras atividades dos clubes 4-S é onde se deve “construir um tempo integralmente útil”, sempre ressaltado pelos líderes, pelos extensionistas, pelos colegas e por seus pais. Ao desenvolver suas atividades, um sócio 4-S deve procurar um tempo de boa qualidade, pois “o tempo medido e pago deve ser também um tempo sem impureza nem defeito” (FOUCAULT, 1987, p. 137).

Realizar-se-ia diversas atividades individuais (horta, criação ou plantação), como enfatiza ex-quatroessista Milton Sgarbossa: “tanto eu fazia lavoura em casa para mim como eu aprendia como zelar a comunidade, enfeitar, e aprender como, caprichar” (Entrevista SGARBOSSA), para que o coletivo também fosse realizado (limpeza do terreno da Igreja, roçado, embelezamento de praças entre outras atividades): “A gente já aprendia alguma coisa, técnicas agrícolas e tal, trabalhos comunitários. O clube 4-S não foi só [introdução de] técnicas agrícolas. Mais [aprofundado] era o trabalho comunitário. Ensinava como trabalhar em grupo, como trabalhar juntos” (Entrevista ZANELLA), afirmou o também ex-quatroessista José Zanella. Enfim, devia-se estabelecer uma economia de tempo própria a um processo disciplinador, no qual o ócio fosse deixado de lado o máximo possível. Os Clubes 4-S, interferindo nos horários dos jovens quatroessistas, procuraram estabelecer uma nova economia do tempo.

Também, em outros aspectos, a disciplina procurava estabelecer a principal orientação: a higiene, o comportamento, o voca-

bulário utilizado, as técnicas. Construir um jovem educado em padrões semelhantes ao escolar (tendo em vista que estes geralmente não frequentavam mais do que quatro anos a escola formal) e saudáveis para o trabalho agrícola era indispensável para este projeto:

No Estado [de Santa Catarina], a função educativa da juventude não atingiu a índices desejados. No meio rural, especialmente, os pais são os instrutores na primeira fase da vida do jovem. Transmitem as experiências adquiridas e seus próprios padrões culturais, muitas vezes conflitantes com os valores que se pretende introduzir. Na agropecuária e nas tarefas domésticas os conhecimentos transmitidos pelos pais conservam sua importância constituindo barreiras à introdução de uma nova tecnologia. Todavia, à medida que evolui o meio, há mudanças desta situação e os pais se apercebem da necessidade de confiar seus filhos a orientadores mais competentes, como forma de complementação indispensável à educação do lar. (SANTA CATARINA, 1970, p. 72).

Mas, no que se refere à condução política propriamente dita dos trabalhos, também se observa uma orientação político-partidária cada vez mais evidente na década de 1970. Com o processo de expurgo aprofundado pelo Ato Institucional n. 05, em dezembro de 1968, Santa Catarina assistiu à cassação dos direitos políticos de diversos prefeitos e lideranças. E com a afirmação da Aliança Renovadora Nacional (ARENA, partido de apoio à Ditadura) como principal partido na década de 1970, os Clubes 4-S passaram a receber apoio intensivo para, mais do que modernizar a agricultura, produzir lideranças.

Dada a evolução dos anos 60, dentro da família o jovem assume um lugar de destaque, fazendo com que suas ideias sejam aceitas. Chegando a mudança no meio rural facilita a inovação dentro do trabalho dos pais pelas mensagens que o filho leva a família, devido a sua voz ativa dentro de sua organização primária. Preocupando-se com o futuro da humanidade, no Brasil desenvolve-se uma campanha global de evolução. Dentro do estado, sem dúvida pode-se incluir entre os trabalhos educativos o trabalho com juventude rural. (ACARESC, 1977).

“Uma contribuição para o desenvolvimento de sua comunidade e da Pátria”: juventude rural e Clubes 4-S durante a ditadura militar na região oeste de Santa Catarina (1970-1985)
Claiton Marcio da Silva

Se a juventude passou cada vez mais a ser vista como um elemento de difusão das técnicas agrícolas, no contexto da ditadura militar no Brasil, os Clubes 4-S também foram utilizados como instrumento político-eleitoral, o que ficou mais evidente com a abertura política e a reorganização dos partidos políticos no início da década de 1980.

Estão fazendo do Clube 4-S de Campos Novos, um meio de arrumar votos para o PDS, e que as lideranças da comunidade, que tem clube 4-S está inclusive se voltando contra a Cooperativa, não sei porque motivo, e inaugurações que eu fui do Clube 4-S que é hoje, ouvi mais um coquetel político, do que juventude e Cooperativismo, de colaboração de Associativismo, dentro do sistema eu não fui na última, mas recebi informações, mas que foi uma coisa. Eu não concordo que se misture, o jovem com o político partidário, não concordo com isso, não aceito [...], vou dizer na frente do supervisor, não vou mais em nenhuma fundação de Clube 4-S, eu pessoalmente não vou, e os técnicos da Cooperativa possivelmente não irão; se existir esse carnaval político, toda a vez que existir uma fundação de clube 4-S. (EMATER/ACARESC LAJES, 1982, p. 48)

O PDS (Partido Democrático Social) foi fundado com membros oriundos principalmente da antiga ARENA (1965-1979). Frente ao contexto da abertura política, a utilização político-eleitoral da ACARESC começou a ser denunciada e o trabalho extensionista como um todo foi questionado. Os Clubes 4-S, por sua vez, receberam críticas de diferentes setores da sociedade. A prefeitura municipal de Lages, por exemplo, implantou os Clubes 5-L, em oposição aos 4-S ligados à ACARESC durante a administração de Dirceu Carneiro (MDB); determinados grupos de juventude rural ligados à Igreja Católica, como será debatido, também fizeram oposição durante o processo. Com isto, percebe-se que a legitimidade sobre o trabalho com juventude rural não estava somente nas mãos dos extensionistas. Este processo de questionamentos será debatido a seguir.

O agricultor “acreditou no trabalho da extensão rural, mas nela também havia algumas falhas”: a desestruturação do trabalho com Clubes 4-S no contexto da abertura política.

De acordo com Lohn (199, p. 74-79), a crise da ACARESC – uma associação civil – iniciou ainda em meados da década de 1970, quando o governo federal extinguiu a ABCAR, criando a EMBRATER (Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural), em 1974, e a EMATER (Empresa Brasileira de Reforma Agrária e Extensão Rural). Com isso, a ACARESC e outras agências estaduais de extensão perderam muito de sua autonomia, tornando-se apenas mais uma empresa submetida às determinações federais. A segunda metade da década de 1970, ao contrário do que se pode sugerir inicialmente, foi justamente o momento em que os Clubes 4-S se desenvolveram efetivamente no oeste catarinense e em outras regiões do estado. Em meio ao início da crise do discurso extensionista, a ACARESC procurou intervir junto aos jovens rurais com maior intensidade, utilizando congressos, a imprensa e outros meios de chegar até o agricultor. Diversos congressos foram realizados, como o encontro estadual na cidade de Chapecó, que, em 1978, reuniu, segundo dados oficiais, mais de 8.000 jovens rurais de todo o estado de Santa Catarina.⁶

Na ótica dos extensionistas, os principais fatores da crise estavam centrados nesta mudança de estrutura organizacional, assim como nas mudanças da sociedade brasileira e catarinense na época: o êxodo rural e os questionamentos à agricultura pautada em insumos anteriormente considerados modernos. Por outro lado, durante o início da abertura política, a efervescência dos movimentos sociais e sindicais, reunindo agricultores expropriados pelo processo de modernização da agricultura, pôs em cheque a atuação do extensionismo, cada vez mais identificado como instrumento de exclusão de pequenos proprietáriosⁱ.

Foram contemporâneos deste período a organização das oposições sindicais, como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), o Movimento das Mulheres Agricultoras (MMA) e mesmo o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB). O surgimento desses movimentos sociais esteve ligado aos impactos econômicos e sociais produzidos pelo processo de modernização da agricultura no oeste catarinense, do qual os Clubes 4-S foram protagonistas. Isto ocorreu porque “a introdução de variedades melhoradas de sementes, exigentes em insumos modernos, importados e de alto custo, resultou também em benefícios para as propriedades de maior tamanho, marginalizando, e não raras vezes, forçando, pequenos agricultores a abandonar a atividade” (ESPÍRITO SANTO, 1999, p. 99).

Procurou-se discutir a evasão do jovem rural para as cidades, assim como se discutiu as próprias experiências extensionistas. O primeiro Encontro sobre Extensão Rural, realizado entre 17 a 20 de maio de 1982, de acordo com Mussoi (1993, p. 09), “teve a participação efetiva de agricultores, mulheres e jovens rurais, sindicalistas, cooperativistas e empresários, além de todo corpo dirigente da ex-ACARESC.” Desta forma, “um dos pontos positivos deste Encontro”, ainda de acordo com o mesmo autor, “foi a participação dos agricultores, que procederam a uma análise crítica da extensão rural, apontando, já naquela época, inúmeros pontos que, lastimavelmente, foram pouco considerados, e que, pelo contrário, agravaram-se.” (MUSSOI, 1993, p. 09).

Enquanto a Extensão Rural e os intelectuais que tratam deste tema procuraram constituir um discurso sobre esta crise interpretando o êxodo rural como o principal problema para os trabalhos com Clubes 4-S, os relatórios dos encontros evidenciam que a crise era também ideológica. A imprensa oestina da década de 1980 foi silenciosa quando tratava dos Clubes 4-S. Mas este é um silêncio muito significativo. No início da década de 1980, mesmo poucos anos após a realização de eventos, de certa forma, grandiosos, como o Encontro Estadual de 1978 em Chapecó, não era tão interessante

o trabalho com Clubes 4-S. Diversas críticas estavam sendo levantadas sobre esta forma de organização, como por seu comprometimento com o processo político-partidário e, além disso, com os movimentos sociais, que, de certa forma, são ligados às pastorais. Aqui serão debatidas, primeiramente, as críticas dentro do próprio movimento extensionista, para, em seguida, observar suas relações com a efervescência dos movimentos sociais.

Se a resposta à crise, em termos de adesão, apagou ou postergou o início efetivo da crise no discurso da ACARESC, por outro lado, no início dos anos 1980, a história foi diferente. O Encontro de Extensão Rural de 1982, realizado na localidade de Morro das Pedras (Florianópolis), apontou a situação dos trabalhos de Extensão Rural no estado, incluindo os Clubes 4-S. As interpretações sobre a atuação junto ao agricultor foi diferente do discurso que adentrou no campo com a ação extensionista. Naquele momento, a Extensão Rural e os Clubes 4-S voltaram o olhar para si e começava a constituir-se um discurso sobre as dificuldades:

Chegou um momento em que o agricultor ficou até arisco quando vinha uma pessoa de fora. Quer dizer que, temos um dado aí – quando o cachorro apanha água quente, depois atira nele água fria ele também já corre. Então, de tanta coisa que apareceu, o agricultor ficou arisco. Acreditou no trabalho da extensão rural, mas nela também havia algumas falhas e, hoje, numa maneira diferente de educação popular que muitas entidades também estão desenvolvendo, eles estão abrindo os horizontes e o pessoal começa a falar, a se abrir, discutir, analisar os fatos, tomar soluções, quer tomar parte das decisões. Isto favorece e hoje, eles comentam esses erros que estão influenciando. (EMATER/ACARESC FLORIANÓPOLIS, 1982, p. 48).

Sobre o “desencantamento” com a ACARESC e a extensão rural, representantes do processo de modernização da agricultura, um episódio paradigmático foi o caso da Peste Suína Africana: em 1978 supostos focos da doença foram identificados na região sul do país, inclusive no oeste catarinense, e “diante da suspeita de existência da peste, a propriedade era interdita e os suínos eram

exterminados a tiros de fuzil por pelotões do exército.” Com o passar do tempo, a partir de um suposto foco da doença, as propriedades eram acompanhadas de perto por dois agentes destacados pela Diocese de Chapecó, um deles ligado à Comissão Pastoral da Terra (CPT) e outro ao Conselho Indigenista Missionário (CIMI). Estes agentes procuraram organizar “os camponeses para protestar e resistir”, pois havia indícios, segundo os mesmos, que a “suposta peste foi uma estratégia para a eliminação definitiva da produção autônoma de suínos na região.” Formavam-se movimentos de protesto no momento que se divulgava a localização de um foco ou uma determinação de extermínio: “aos poucos, as ações do exército foram praticamente inviabilizadas devido à onda de protestos que desencadearam [...]. Paralelamente, a igreja procurou fazer um trabalho de informação e conscientização dos camponeses da região, orientando-os a protestar e resistir” (POLI, 1998, p. 68-69).

Mesmo não sendo este episódio uma crítica direta à Extensão Rural, contribuiu para a organização dos agricultores, como enfatiza o relato de um agente de pastoral: “Eu acho que foi decisivo na luta aqui. Que o processo de mobilização de 78 e 79 é que deu fôlego para que as outras organizações avançassem, deslanchassem. Fortaleceu o trabalho que a igreja tava fazendo, fortaleceu o trabalho de oposições sindicais, de renovação dos sindicatos que estavam surgindo.” (POLI, 1999, p. 69). No processo de mobilização dos agricultores excluídos pelo processo modernizador, as pastorais ligadas à Igreja Católica entraram em ação, procurando reunir e discutir sobre a situação desfavorável dos pequenos produtores ou daqueles que necessitavam de acesso à terra para sua própria subsistência.

A região oeste, conforme exposto, constituiu-se num espaço importante para as práticas modernizadoras da Extensão Rural, mas, por outro lado, este processo fermentou o surgimento de movimentos sociais ligados ao campo. A região também foi o lugar onde a Esquerda Católica⁹ se fez presente e, neste sentido, aponta-

se uma rivalidade entre grupos de jovens (da Igreja Católica) e a política adotada pelos Clubes 4-S.

Estes clubes foram identificados, como citado anteriormente, com os valores e atitudes de um processo de modernização da agricultura que excluía mais do que incluía, e como instrumento de formação de lideranças alinhadas com o projeto político dos militares. Uma das estratégias utilizadas pelos grupos de jovens “católicos” para impor sua forma de trabalhar com a juventude rural no início da década de 1980 foi a seguinte: eleger uma pessoa do grupo de jovens identificado com a teologia da libertação para assumir a diretoria de um Clube 4-S. Conseguindo este objetivo, quando a nova diretoria tomava posse, o grupo “implodia” o Clube 4-S, ou seja, encerrava suas atividades.

Na década de 1980, dentro de um contexto de reorganização política, a revisão sobre as próprias práticas extensionistas passou por um processo de revisão, inclusive as formas de intervenção sobre a natureza: se antes os insumos considerados modernos, como a utilização de corretivos e agrotóxicos em média ou larga escala se configuravam como a principal maneira de garantir a produção agrícola em termos econômicos, alguns conceitos foram questionados pelos próprios extensionistas:

Quanto às técnicas de trabalho e produção a serem empregadas, sabe-se que, durante muito tempo, principalmente nos últimos 30 anos, a tecnologia que os órgãos de pesquisa vinham recomendando para ser difundida entre os agricultores centrava-se no uso intensivo dos chamados insumos modernos, principalmente o uso de corretivos, fertilizantes, agrotóxicos e máquinas agrícolas. Era essa a diretriz para se racionalizar a agricultura e isto foi feito, honestamente, pela maioria dos técnicos envolvidos na pesquisa e na extensão rural. (OLINGER, 1987, p. 69).

Racionalizar o emprego de técnicas e tecnologias na agricultura catarinense: este objetivo foi alcançado. Porém, a própria pesquisa científica adota determinadas práticas desconsideradas anteriormente: “A tecnologia que se vinha usando está sendo alterada. Já existe muito controle de doenças e pragas que reduzem o uso de agrotóxicos.

Por exemplo, o combate da lagarta de cana-de-açúcar, com uma mosca, que é o inimigo natural da praga, hoje é largamente utilizado nos grandes canaviais de São Paulo” (OLINGER, 1987, p. 69). Nesta perspectiva, a modernidade voltada para o campo em meados da década de 1980 não era, para os extensionistas, a mesma das décadas anteriores, pois os produtos químicos não representavam mais aquilo que há de mais moderno: “a agricultura biológica é altamente moderna, e não atrasada. Quando se volta a usar o esterco orgânico, a fazer o composto, não se trata de voltar a uma prática antiga, mas sim de racionalizar a agricultura”. Mas a adoção de uma prática deslegitimada anteriormente pela Extensão Rural não equivale ao retorno “original” desta, mas a sua reelaboração, a sua racionalização. Em outras palavras, ocorre a adoção da prática tradicional pelo discurso científico, que passa a ser difundida para os agricultores: “na hora de se orientar o agricultor, deve-se dar preferência à adoção de processos biológicos no controle das doenças e pragas da lavoura, sempre que possível. O mesmo vale quanto ao uso de adubo orgânico, em relação aos produtos químicos” (OLINGER, 1987, p. 70).

Considerações finais

Neste momento, os Clubes 4-S também são questionados e já não possuem mais o mesmo potencial de mobilização de juventude. Sendo a ACARESC uma instância de produção de saberes sobre os agricultores durante duas décadas, foram necessários 25 (vinte e cinco) anos de trabalhos no estado de Santa Catarina para rever algumas concepções. E, mesmo passando por crises, a ação extensionista deixou marcas profundas, constituiu novos sujeitos sociais que olharam de forma diferente para a agricultura. Porém, é importante salientar os sujeitos sociais que foram excluídos pelo processo de modernização da agricultura, ao organizar os movimentos sociais também contribuíram para a crítica (e crise) da extensão rural. Ainda existem clubes 4-S no estado de Santa Catarina,

porém, oficialmente não fazem parte da estrutura oficial da EPAGRI (Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina, sucessora da ACARESC), embora recebam assistência técnica desta instituição. A força que esta forma de organização teve em alguns municípios demonstra que estes jovens e outras entidades procuraram se organizar para levar adiante seus projetos em diferentes contextos. Hoje, a EPAGRI desenvolve o projeto Pró-Jovem, voltado à juventude rural e pesqueira, mas apenas com caráter motivador. Assim, sugere-se que a imagem que a juventude rural é a “semente para o progresso da nação” transforma-se, mas resiste ao tempo.

Entrevistas

SGARBOSSA, Milton. Chapecó: 03 mar. 2001.

ZANELA, José. Chapecó: 03 mar. 2001.

Notas

*Doutor em História das Ciências pela Casa de Oswaldo Cruz (COC/Fiocruz). Este artigo é resultado de minha dissertação de mestrado intitulada “Saber, Sentir, Servir e Saúde: a construção do novo jovem rural nos Clubes 4-S, SC (1970-1985)”, defendida junto ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Catarina, em 2002, sob orientação da Prof. Dra. Cristina Sheibe Wolff. Diante da repercussão do trabalho, sendo que o mesmo é até hoje solicitado e referenciado por pesquisadores em Santa Catarina e no Rio Grande do Sul ou mesmo por pessoas interessadas em conhecer mais sobre o assunto, optei por desenvolver a proposta geral da dissertação e atualizar determinados dados.

¹ Em 1951 existiam clubes de juventude rural próximos ao modelo 4-H na cidade de Santa Rita do Passa Quatro, interior do estado de São Paulo. Na verdade, estes eram chamados de Clubes AIA, uma vez que foram organizados pela American International Association for Economic and Social Development (AIA), agência filantrópica fundada por Nelson Rockefeller em 1946. A própria AIA realizou um acordo com o governo de Minas Gerais em 1948 para a formação da Associação de Crédito e Assistência Rural de Minas Gerais (ACAR) e, em 1952, no município de Rio Pomba, a ACAR funda oficialmente o primeiro Clube 4-S no Brasil.

² Gonçalves Neto (1997, p. 52-3) procura trabalhar as tendências dentro de grandes linhas: “a dos que vêem na agricultura um entrave ao desenvolvimento econômico brasileiro, e a que demonstra a funcionalidade da agricultura no processo de desenvolvimento. Ressalte-se o surgimento de uma terceira, esta já nos anos 70, que procurará superar esta dicotomização rural/urbano, e centrar sua análise na racionalidade do capital.”

³ De acordo com Paul Bairoth (1986, p. 252), este processo é uma consequência “do aperfeiçoamento de variedades de sementes de cereais com elevado rendimento adaptadas aos climas dos países subdesenvolvidos, nomeadamente de uma variedade de trigo selecionada no México e de uma variedade de arroz selecionada nas Filipinas. O emprego prático destas sementes, que se iniciou por volta de 1956 para o trigo e por volta de 1966 para o arroz, resulta num alto aumento de rendimentos,

“Uma contribuição para o desenvolvimento de sua comunidade e da Pátria”: juventude rural e Clubes 4-S durante a ditadura militar na região oeste de Santa Catarina (1970-1985)
Claiton Marcio da Silva

por vezes superior a 100%”.

⁴ Também é importante observar que os grupos atendidos pelo extensionismo se constituíram de pequenos proprietários e, como se sabe, na região oeste de Santa Catarina historicamente foram favorecidos os descendentes de europeus nas políticas de colonização. Ao longo da pesquisa que realizei em Santa Catarina, não encontrei dados que revelassem práticas de assistência a grupos de luso-brasileiros (ao contrário de Minas Gerais, por exemplo) e, dentro desta perspectiva, afirmo que a ACARESC pautou-se por políticas de classificação e exclusão também por origem étnica.

⁵ A ABCAR foi criada em 1956 devido à experiência da Associação de Crédito e Assistência Rural (ACAR/MG), criada pelo acordo realizado entre a agência filantrópica American International Association for Economic and Social Development (AIA, fundada por Nelson Rockefeller) e o governo do estado de Minas Gerais. Este modelo foi adotado por alguns estados durante a década de 1950, como Espírito Santo (ACAR/ES), Rio Grande do Sul (ASCAR) e alguns estados do nordeste (ANCAR). O estado de Santa Catarina criou sua agência de extensão, a ACARESC, pela influência do Escritório Técnico de Agricultura (ETA), proveniente de acordo entre Brasil e Estados Unidos. Todas estas agências, e outras que surgiram nas décadas de 1950 e 1960, afiliaram-se ao chamado “Sistema CAR”, sob direção da ABCAR.

⁶ De acordo com dados do *Jornal Oestão*, todas as regiões de Santa Catarina tiveram representantes na Convenção de Chapecó, que contou com cerca de 8.500 sócios 4-S, que chegaram em 32 ônibus. Para dar um ar de “espetáculo” ao evento, às 10 h do sábado todos os ônibus desfilaram pela principal avenida do município (Av. Getúlio Vargas), e depois se dirigiram para o parque de Exposições Tancredo Neves. Entre sábado e domingo foram consumidas 12 toneladas de carne, 22 mil pães e 7 mil cabeças de repolho. As refeições foram preparadas por 100 churrasqueiros. (*JORNAL OESTÃO*, 1978). No mês de outubro de 1974, na cidade de Chapecó, as equipes 4-S do estado reuniram-se para analisar e debater sua situação, ficando estabelecido convenções inter-regionais, sendo que participariam os clubes 4-S de regiões administrativas da ACARESC próximas. Em 15/11/1977 ocorreu, no Balneário de Ilha Redonda, no município de Palmitos (SC), a II Reunião Inter-regional de Clubes 4-S, que contou com a presença de autoridades municipais regionais, estaduais e federais. A participação estimada de jovens foi de 5.000, sendo que o público total estimado foi de 10.000 pessoas. No oeste catarinense, naquele momento, havia 23 (vinte e três) municípios desenvolvendo atividades com juventude rural 4-S, com 7 (sete) equipes de trabalho. Na região, ao todo, existiam 90 (noventa) Clubes 4-S, com 3.500 sócios (ACARESC Palmitos, 1977).

⁷ Diferentemente da visão de extensionistas ou pessoas ligadas à Igreja ou aos movimentos sociais, explorei uma outra hipótese: para muitos jovens, os Clubes 4-S representavam apenas um espaço de socialidade, lazer, distração, namoro. Analisando na ótica da microrresistência, os jovens utilizavam o clube de acordo com seus próprios interesses, o que ocasionava o posterior abandono das atividades. Mussó (1993, p. 09) traz um exemplo: “Eu também fui líder 4-S, e foi demais trabalhoso para criar o Clube 4-S na comunidade. A gente enfrentou ‘barras’ pesadas, tentou reunir, foi quase que extinto, porque ele foi criado [...] em cima de uma convenção, a de Chapecó.” Para mais detalhes, ver Silva (2003).

⁸ De acordo com o estudo de Nagel (1986, p. 82-6), as principais causas do êxodo rural são: 1 - A renda dos egressos evadidos é maior que aqueles que permaneceram na atividade agrícola; 2 - A aspiração educacional e aspiração profissional são, para o autor, os aspectos pessoais que mais influenciaram na decisão de procurar novos espaços. Neste sentido, o autor procura argumentar que os Clubes 4-S constituíram-se numa alternativa procurada pelos jovens para que pudessem melhorar seu nível educacional e ocupacional; 3 - Associação entre tamanho da propriedade e nível de escolaridade: “as propriedades pequenas oferecem limitações que impedem a ascensão do jovem economicamente e socialmente, desestimulando a permanência do jovem na atividade agrícola”; 4 - A escolaridade da mãe apresenta associação significativa com a evasão, pois “mesmo a mãe tendo uma baixa escolaridade procura orientar o filho dando-lhe uma visão de futuro, não preocupada com a permanência do jovem no campo. Isto porque a mulher é mais humanista que econômica.”

⁹ Para Campigotto (1996, p. 01), a esquerda católica é a ala da Igreja Católica ligada à Teologia da Libertação. Reúne leigos, padres, religiosos e bispos que assumiram uma postura teológica da opção preferencial pelos pobres.

Referências

ABCAR. Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural. **Manual dos clubes 4-S**. Série E, n 1. Rio de Janeiro: Projeto nº 31 ETA – ABCAR, 1959.

ACARESC. Associação de Crédito e Extensão Rural de Santa Catarina. **Manual dos clubes de trabalho 4-S**. Florianópolis: SPG: julho de 1973. (reimpressão).

_____. **Relatório da II Convenção Inter-regional de Clubes 4-S**. Palmitos/Balneário de Ilha Redonda, 1977.

_____. **Extensão rural: 25 anos com o pequeno agricultor**. Florianópolis: ACARESC, 1982.

BAIROTH, Paul. Agricultura. In: **Enciclopédia Einaudi**. Modo de produção, desenvolvimento/subdesenvolvimento. vol. 7. Lisboa: Casa da Moeda, 1986.

BRUNNER, Edmund; E. PAO YANG. **Rural America and the Extension Service**. A history and critique of the Cooperative Agricultural and Home Economics Extension Service. New York: Teacher College; Columbia University, 1949.

CAMPIGOTO, José Adilçon. **Roças, Empresas e Sonhos: Jogos e Discursos (A CPT em Santa Catarina)**. 1996. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1996.

CERTEAU, Michel de. **A Invenção do Cotidiano: 1. artes de fazer**. Petrópolis: Vozes, 1994.

“Uma contribuição para o desenvolvimento de sua comunidade e da Pátria”: juventude rural e Clubes 4-S durante a ditadura militar na região oeste de Santa Catarina (1970-1985)
Claiton Marcio da Silva

CLUBE 4-S ALIANÇA JUVENIL. Livro de atas (1972-1977). BRE A EXTENSÃO RURAL EM SANTA CATARINA. 1, 17 a 20 de maio de 1982. Florianópolis. **Anais...** Florianópolis, 1982.

EMATER SC/ACARESC LAGES. **Depoimentos e proposições do encontro de extensão rural.** Região de Lages, set. 1982.

ESPÍRITO SANTO, Evelise. **A agricultura no estado de Santa Catarina.** Chapecó: Grifos, 1999.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir.** Nascimento da prisão. 15 ed. Petrópolis: Vozes, 1987.

FUNDAÇÃO FORD. **Anuário para a juventude rural das américas.** Fundação Ford, 1960.

GONÇALVES NETO, Wenceslau. **Estado e agricultura no Brasil.** Política agrícola e modernização econômica brasileira (1960-1980). São Paulo: HUCITEC, 1997.

JUVENTUDE Rural em Evidência Máxima. **Jornal Oestão,** Chapecó, 05 out. 1978.

LOHN, Reinaldo Lindolfo. **Campos do atraso, campos modernos:** discursos da extensão rural em Santa Catarina (1956-1975). 1997. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1997.

MUSSOI, Eros Marion. **Juventude rural:** em busca de um trabalho sob nova dinâmica. Florianópolis: EPAGRI, 1993. (EPAGRI. Documentos, nº 142).

NAGEL, Édio. **Participação em clubes 4-S e migração rural-urbana no sul de Santa Catarina – 1974/84.** 1986.

Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) - Universidade Federal de Santa Maria, 1986.

OLINGER, Glauco. Capacitação técnica para a reforma agrária. In: **A questão agrária e o desenvolvimento nacional**. Florianópolis: UFSC; Sudesul. 1987.

POLI, Odilon. **Leituras em movimentos sociais**. Chapecó: Grifos, 1998.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECÓ. **Boletim oficial do município**. Chapecó: Ano I, n. 9, set. 1973.

REVISTA Celeiro Catarinense, n. 5, Chapecó, out. 1970.

SILVA, Claiton Marcio da. **Saber, Sentir, Servir e Saúde: a construção do novo jovem rural nos Clubes 4-S, SC (1970-1985)**. 2002. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2002.

_____. “Povo desenvolvido é povo limpo”: o controle do corpo do jovem rural através de Clubes 4-S, SC (1870-1985). In: **Cadernos do CEOM**, n. 16, ano 16, Chapecó: Grifos, dez. 2002.

“Uma contribuição para o desenvolvimento de sua comunidade e da Pátria”: juventude rural e Clubes 4-S durante a ditadura militar na região oeste de Santa Catarina (1970-1985)
Claiton Marcio da Silva

Abstract

It intends to analyze the work of 4-S Clubs in the state of Santa Catarina during the brazilian dictatorship. This kind of work was based on the north-american experience of 4-H Clubs, which diffused new techniques and technologies among rural youth since the beginning of 20th century. In Brazil, 4-S Clubs were created in the 1950's and in the state of Santa Catarina it was stronger diffused westward in the second half of the 1970's. As part of the extension service, it disseminates hybrid seed and agro toxic in the context of green revolution. On the other hand, the rising of the social movements in the rural area were based on critics about the extension service methods, and the 4-S Clubs as part of it, were identified on a process of agricultural exclusion.

Keywords: Extension service. Agriculture. Modernization.